

AS LINHAS QUE TECEM NOVAS SUBJECTIVIDADES POLÍTICAS: Apropriações e impactos do modelo do Fórum Social Mundial no contexto italiano

Ana Drago

Para quem vai buscando as origens e a estruturação do novo movimento alterglobalização, os eventos de Seattle em 1999 e a realização do I Fórum Social Mundial em Porto Alegre no ano 2001, serão, certamente, referências incontornáveis, datas fundadoras e produtoras de um novo “tipo” de acção colectiva conflitual que parece anunciar-se paradigmático para o novo século: a rede transnacional de movimentos que se conjugam na contestação aos traços dominantes dos actuais processos de globalização.

É um ciclo de contestação que nasce na sequência de um tempo longo que pode ser descrito como turbulento. Os últimos trinta ou quarenta anos têm sido marcados por um conjunto de alterações dramáticas nos principais *loci* que modelam os arranjos sociais à escala mundial, e que vieram reformatar de modo radical não só os “modos de produção” das relações sociais a diferentes escalas e em diferentes campos sociais, como produziram também alterações significativas nos próprios marcadores simbólicos, nas mundivisões dos sujeitos, e assim, e nos modos de produção de sentido que organizam o discurso de diferentes actores sobre as “formas” do mundo e das relações sociais na actualidade. Os nomes dados a essa mudança são vários e, por vezes, sobrepõem-se: globalização, pós-modernização, sociedade pós-industrial, sociedade em rede, novo capitalismo global e neoliberal, mundo pós-estatal, etc..

É neste contexto de mudança social acelerada e de mutações profundas nos marcadores e nas narrativas que constituem o *campo de sentido da acção política*, que

assistimos, então, à emergência do que os média apelidaram de movimento “anti-globalização”. Estes novos contestatários têm vindo, contudo, a definir-se por “movimentos alterglobalização”, indicando assim a sua vontade propositiva de construir uma outra globalização, alternativa e solidária, ou como “movimento de movimentos”, sublinhando nesta designação a multiplicidade de organizações e movimentos sociais que têm vindo a coligar-se neste tipo de protestos.

Se olharmos este novo ciclo de contestação transnacional vemos que é protagonizado por um conjunto muito variado de organizações, partidos e grupos de cidadãos que trazem consigo um conjunto também ele muito diverso e nem sempre coerente de reivindicações. Com bandeiras e reivindicações mais justapostas do que cerzidas num projecto político totalizante, o ponto de agregação do novo “movimento dos movimentos” parece ser a crítica da agenda política da chamada globalização neoliberal, que acusam de produzir injustiça social, degradação ambiental, guerra, opressão de identidades e silenciamento de culturas, e de esmagar a participação democrática, ignorada ou feita refém do espaço nacional .

De algum modo, estes protestos parecem surpreendentes e inovadores. Dizemos *inovadores* não só porque tendem a gizar os seus momentos de contestação e os seus objectivos em escalas transnacionais, abandonando o espaço nacional como plataforma única ou principal de referência da sua acção, como a sua articulação parece estar a redefinir o próprio campo do conflito político, ao apontar os *processos de globalização como espaço da produção do conflito e do antagonismo*. E dizemos *surpreendentes* porque estes protestos vêm protagonizar o fim do “fim da história”. Ou seja, a sua capacidade de mobilização e as suas agendas, diversas mas centradas na crítica à orientação ideológica que subjaz aos actuais processos de globalização, permite-lhes reabrir o campo de confrontação política, e assim, depois da implosão do Bloco de Leste e das teses polémicas de Fukuyama, parecem negar as previsões que anunciavam o fim definitivo do conflito político entre forças sociais antagonistas.

Um olhar que se pretenda, simultaneamente, crítico, compreensivo e explicativo sobre a emergência de novos ciclos de contestação social depara-se sempre com o desafio de indicar, como Melucci tão acertada e brilhantemente nos disse, os nexos de inteligibilidade que ligam as chamadas estruturas sociais à acção colectiva conflitual que sobre elas parece incidir (Melucci, 1996). Isto para dizer o que é hoje (quase) ponto assente na teoria social que se tem debruçado sobre acção colectiva conflitual: o conflito não é resultado automático das contradições estruturais das sociedades, ele é antes produto de um trabalho de produção colectiva de novos conhecimentos/enunciados/valores e identidades que, no espaço-tempo de

emergência de um novo movimento social, produzem o campo de referência que possibilita a própria produção do conflito (Melucci, 1996; Eyerman e Jamison, 1991; Laclau e Mouffe, 2001). Certamente que nesta produção colectiva há factores estruturais – fixação e institucionalização de práticas e universos simbólico-discursivos profundamente inscritos no tecido social –, mas também há lugar para a contingência dos eventos e, certamente, para a criatividade dos actores.

Por estas razões, um olhar sociológico que procure dar conta do sentido sócio-político do novo movimento alterglobalização não pode circunscrever-se a uma análise das razões macro-estruturais produzidas pelos actuais processos de globalização hegemónica e dos seus efeitos e impactos, ainda que ubiquamente disseminados pelo mundo, para justificar a emergência deste novo ciclo de contestação transnacional. Certamente que estes jogam um papel central nesta trama, mas não nos dizem de forma rigorosa e compreensiva como surge o conflito, quem o fabrica e, portanto, deixa em aberto dados fundamentais do “porquê”. Assim, o refazer do processo colectivo de produção de um novo ciclo de contestação pode e deve começar por olhar o que é indicado pelos próprios actores, não para aceitar acriticamente o que expressam como o “único real”, mas para perceber, como dizia Rorty numa expressão feliz, “porque é que falam dessa maneira”(cf. Rorty, 1992).

As inquietações que guiam este texto residem exactamente aqui. Pretendemos, no essencial, lançar as bases de uma análise deste novo ciclo de contestação tendo como ponto de partida o questionamento de eventos que ajudaram a produzir e a moldar o que hoje chamamos movimento alterglobalização. Estas datas são Seattle e o I Fórum Social Mundial (FSM).

A importância destas “datas” não se restringe à multiplicação das referências que lhe são feitas pela crescente literatura – especializada, “leiga” ou militante – sobre o movimento pela globalização alternativa. De facto, talvez possamos antes ver nestes dois tipos de eventos – manifestações de protesto contra a principais instituições da globalização, e reuniões de debate entre activistas – a emergência de modelos configuradores do novo movimento, que se tornaram paradigmas de actuação e até de produção simbólica e ideológica do movimento alterglobalização.

Ou seja, Seattle e Porto Alegre tornaram-se não só modelos de organização da acção, como mecanismos cujos caracteres *contribuem para o próprio giz da identidade e da linguagem política do novo movimento*: basta observar como estes dois “modelos” se difundiram pelo mundo fora, e foram apropriados e replicados em diferentes escalas e em diferentes contextos nacionais.

Sopesar a adequação desta hipótese exige que percorramos duas etapas, que procurámos articular neste texto. Em primeiro lugar, procuraremos analisar brevemente estas “*datas*” produtoras e propulsoras do movimento alterglobalização. Não para voltar a descrever os eventos, mas antes para perceber o que nelas se afigura revelador da sua importância, e no que contribuíram para fazer emergir e dar forma a este novo movimento transnacional.

Num segundo momento, procuraremos analisar o impacto destes “modelos” no contexto social italiano, que os replicou – primeiro em Génova, depois com a expansão do modelo do FSM no contexto social italiano –, para lançar algumas pistas sobre o processo de reconfiguração do conflito político que o novo movimento alterglobalização tem vindo a protagonizar.

2. DATAS PRODUTORAS E PROPULSORAS OU MODELOS PARA REDEFINIR O CONFLITO POLÍTICO

Na crescente literatura do “movimento dos movimentos” é presença certa a indicação dos eventos de Seattle como momento central da emergência das acções colectivas de protesto em torno da chamada globalização hegemónica ou neoliberal.

Nesse ano, frente à reunião mundial dos chefes de Estado na cimeira da Organização Mundial do Comércio (OMC), uma inesperada coligação de forças surgiu em protesto pelas ruas contestando as políticas e a própria legitimidade desta instituição internacional. A acção “disruptiva” de alguns grupos, aliada à repressão policial, transformou a cidade de Seattle num cenário de “batalha urbana”, espantando meio mundo pela radicalidade da acção dos contestatários e pela mistura original de organizações e movimentos sociais que lançaram os seus protestos aos poderes representados na OMC. Algures aqui, nesses “cinco dias que mudaram o mundo” (Cockburn *et al.*, 2000), a novidade da articulação do protestos entre diferentes movimentos tomou forma e tangibilidade. Nascia, assim, o “movimento dos movimentos”, numa atmosfera de radicalidade e heterogeneidade que lhe possibilitou visibilidade mundial pela mãos dos média.

O que nos interessa contudo, será menos o assinalar desse tal “momento zero”, mas antes perceber porque é que este momento se tornou central na construção da história do movimento alterglobalização.

A capacidade de juntar ambientalistas e sindicatos, activistas dos direitos humanos e feministas, ONGs de ajuda ao desenvolvimento e movimentos estudantis, frente a uma das principais instituições internacionais não deveria, talvez, ser capaz de espantar. A centralidade das decisões tomadas ao abrigo da OMC têm impactos profundos na economia mundial. A

percepção dessa “migração para cima” do poder decisional sobre os arranjos das economias nacionais teria, assim, conduzido activistas de diversas proveniências a lançar ali as reivindicações.

Contudo, uma leitura cuidadosa, e ciente de que o presente vem sempre carregado de passado e de história, deve ter em conta os vários fios que conduziram à construção de leituras partilhadas sobre a *globalização* como novo espaço simbólico de conflito. Talvez por isso, possamos ver na onda de protestos e motins apelidados de “anti-FMI”, que varreu o chamado “Terceiro Mundo” no final dos anos 70, como o início dessa problematização dos impactos políticos, sociais, económicos e ambientais dos programas de ajustamento estrutural, imposto pelas agências financeiras internacionais – Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial – à medida que se tornam visíveis as chamadas “crises da dívida”, que se difundem no “Sul” e explodem com a crise do México em 1982 (Walton e Seddon, 1994).

Mas será principalmente ao longo dos anos 90 que podemos detectar, em diferentes contextos, um processo de reorientação dos lugares da luta política por parte de actores diversos, a partir da problematização da centralidade das “variáveis globais” nas temáticas e nas arenas de luta em que se encontravam empenhados.

No campo da chamada sociedade civil transnacional emergente, assistimos à construção de um campo de organizações não governamentais e movimentos sociais que demonstram uma capacidade crescente de mobilização, e que, desde meados dos anos 80, vão fazendo um percurso de problematização da política gizada na arena da governação global. Neste caminho, a contra-cimeira do Rio, em 1992, dedicada às questões da biodiversidade e da sustentabilidade ambiental, marca o início da formatação do campo de uma sociedade civil transnacional apostada em fazer valer a sua voz nas instâncias internacionais, a que se segue, em 1995, a Conferência de Pequim, que demonstra a vitalidade destes novos actores (O’Brien *et al.*, 2000). Certamente que cabem também neste percurso feito de múltiplos trilhos a insurreição zapatista em 1994, ou os dias de “levantamento nacional” na França de 1995, ou ainda os dias de acção global que vão somando nos últimos anos da década de noventa (cf. Aguiton, 2002; Le Bot, 2003; Pleyers, 2003). De facto, todos estes caminhos surgem hoje na literatura que relata – e fabrica – o movimento da globalização alternativa.

Contudo, a escolha destes “exemplos” é tudo menos transparente e linear. A construção de uma *memória comum* de um dado movimento social é um caminho habitado por escolhas e contingências, feito de interpretações que, na maioria das vezes *a posteriori*, “moldam” eventos e processos sociais de modo a colocá-los a caminho de um resultado desde já confirmado pelo presente, e cujo desenrolar é descrito de modo a ser útil e passível de servir de confirmação à moldura política que informou a sua escolha inicial.

Assim, analisar a construção de um campo de referência da acção de um movimento social deixa-nos muitas vezes perante uma mão cheia de narrativas e momentos de conflito social que nos chegam (só) porque os activistas sociais deliberadamente os escolheram como “certos” para atestar a força e a justiça das suas batalhas. Que não se veja nisto a imputação de que há neste relatos e nestas ofertas de memória qualquer tipo de “entorse” intencional da verdade factual. Não é necessariamente assim. Aliás, de acordo com os objectivos de análise que definimos – saber o que foi compondo o espaço comum de identidade do movimento dos movimentos – esse não sequer um dos problemas essenciais de uma análise que se debruce sobre a construção de uma identidade partilhada num movimento social.

De facto, o que nos parece importante, e que procuramos aqui fazer, é perceber porque é que estes “momentos” – no caso do presente texto, Seattle e o FSM – foram seleccionados para fazerem parte do património comum de um movimento social ao qual se possam referenciar os diferentes actores que o compõem, e qual o significado que cada um deles traz para o espaço comum de identidade. Ou seja, o importante é esclarecer o “porquê” desta presença no pedestal de uma história construída para ser espaço de identidade partilhada, para compreender qual a sua mais valia particular neste processo. São estas questões que empunhamos quando nos dirigimos à “história” do “movimento dos movimentos”.

Seattle: confronto, acção directa, visibilidade e vitória

Os eventos de Seattle são hoje bem conhecidos de todos os que vão acompanhando a marcha do novo movimento alterglobalização. Descritos por activistas e analisados por investigadores, eles parecem marcar um ponto de viragem na fabricação de uma contestação social aos impactos, à orientação política e à arquitectura institucional que têm guiado, nas últimas décadas, a forma dos processos de globalização hegemónica.

No essencial, Seattle foi o palco onde culminou a tal longa onda de lutas sociais, que foram ganhando forma na exacta medida em que a agenda neoliberal se tornou a orientação política dominante nas diferentes dimensões da nova governação global.

Contudo, se, como apontámos, as iniciativas de protesto e de resistência vinham já construindo momentos importantes, como explicar a importância simbólica que Seattle detém na história e na memória que o movimento alterglobalização vai construindo para si?

A primeira razão será talvez a mais óbvia, e nela se imbricam outras razões que a sustentam: Seattle foi a primeira grande vitória dos diferentes movimentos de contestação à globalização dominante. O objectivo de bloquear a cimeira da OMC foi atingido, com a

invasão das ruas e o bloqueamento da circulação na cidade, impedindo os delegados dos diferentes países e organizações de participar na sessões.

As leituras sobre os eventos Seattle e as razões da sua importância são variadas, mas podem ser sistematizadas em duas orientações. Elas dizem-nos muito sobre “o que foi” Seattle.

A primeira tende a enfatizar a capacidade de produzir uma *aliança ganhadora e mobilizadora* por parte de movimentos e organizações que nem sempre tiveram as melhores relações, e que durante as jornadas de protestos de Seattle habitaram o mesmo espaço e apontaram os mesmos inimigos. Basta lembrar a marcha do primeiro dia de protestos “Teamsters and Turtles together at last!”, que juntou operários de colarinho azul com uma multidão de activistas ambientalistas vestidos de tartaruga, como o símbolo visível do sucesso de um conjunto de estratégias encetadas ao longo dos anos noventa nos EUA no sentido de criar alianças entre os diferentes sectores dos movimentos sociais e os sindicatos (cf. Aguiton, 2002; Cockburn *et al.*, 2000; Bircham e Charlton, 2001).

Contudo, é preciso sublinhar que em Seattle estiveram dois tipos de organizações e movimentos que nem sempre coordenaram a sua acção. De um lado, tivemos sectores e movimentos mais moderados e mais “tradicionais”, protagonizados, por exemplo, pela maioria dos trabalhadores sindicalizados – que tendeu a não participar nas acções directas de bloqueamento da cimeira organizada pela *Direct Action Network*, e que organizou a sua segunda marcha fora das zonas “proibidas” –, por grupos ambientalistas “moderados” e muitas ONGs de orientação “reformista” – como a *Global Exchange*, que chegou a tentar proteger o complexo comercial Niketown de ataques dos que apelidaram de “vândalos” (Cockburn *et al.*, 2000). Estas alianças e coordenações reconduzem-nos a repertórios de acção mais “tradicionais”, como as marchas ordeiras, ou assentes na desobediência civil “institucionalizada”: coordenação dos protestos com as forças policiais e negociação das próprias detenções dos activistas.

Do outro lado, tivemos um conjunto muito diversificado de organizações e grupos de afinidade coordenados a partir da *Direct Action Network*, que organizaram um conjunto de acções em pontos estratégicos no mapa da cidade de modo a impedir *de facto* a realização da cimeira. O confronto com a polícia não foi negociado e chegou mesmo a formas violentas de enfrentamento. Nesta rede de coordenação encontramos os sectores mais radicais e anti-sistémicos dos movimentos americanos: correntes alternativas e de contra-cultura, grupos temáticos e de afinidade radicais, colectivos e militantes de inspiração anarquista e autonomista.

Por isso, há uma segunda leitura sobre os acontecimentos de Seattle que nos parece relevante: a centralidade do repertório de acção assente na chamada *acção directa* na produção da vitória simbólica. A sua capacidade de impedir o início dos trabalhos da reunião da OMC, o confronto violento com a polícia – que recorreu a formas de repressão desnecessariamente violentas e arbitrárias –, e a encenação dramaturgica dos protestos e dos confrontos, conduziu à criação de um cenário onde as formas de protestos se radicalizaram e levaram a uma escalada no confronto, que conduziu à vitória. Sem esta componente mais irreduzível dos grupos engajados na contestação, a reunião da OMC teria provavelmente decorrido normalmente, e na comunicação social teriam passado as imagens “tradicionalistas” dos desfiles de protesto.

Daqui talvez possamos retirar algumas conclusões. O que Seattle parece indicar é, então, a convergência e a mistura num *evento propulsor* de três configurações tendenciais na produção do conflito político no final do século XX. Com o falhanço da cimeira e o reclamar da vitória, estas três configurações misturam-se na designação feliz de “movimento de movimentos”, e constituem o que aqui apelidamos, de forma talvez excessiva, por *modelo de Seattle*.

A primeira configuração é uma dinâmica que se vem a processar desde os anos 80, lançada por diferentes movimentos, no sentido de articular a acção entre movimentos e organizações da sociedade civil, em torno de determinados calendários, mas também para construir alianças sociais que redefinem os termos da própria relação entre sectores sociais e culturais diversos em torno de agendas políticas comuns. Daqui temos o surgimento de alianças entre sindicatos e ambientalistas, entre estudantes e trabalhadores precários, e as campanhas lançadas por redes de ONGs que se vão multiplicando: a rede *50 Years is Enough*, a campanha *Drop the Debt*, ou a iniciativa Jubileu 2000.

Este maior entrosamento nasce de mãos dadas com a segunda tendência. De facto, muita desta capacidade de coordenação em acções comuns não pode ser separada da crescente percepção dos impactos multidimensionais das políticas gizadas no quadro das instituições internacionais. Assim, um pouco por todo o mundo, assistimos a reorientação de diferentes organizações para a escala transnacional, à medida que os processos de globalização vão acentuando a centralidade do que ocorre acima ou em articulação com o espaço político nacional, indicam “alvos globais” para os protestos políticos. Por isso, em Seattle temos a presença dos sindicatos coreanos, saídos de longas batalhas no final dos anos 90, ou José Bové e os representantes de movimentos de agricultores e camponeses de diferentes países, lado a lado com ONGs transnacionais e representantes de movimentos sociais de todos os continentes.

Por fim, temos um terceiro elemento: a emergência vitoriosa de formas de acção directa e enfrentamento radical da “legalidade” que se coordena no sentido de produzir efeitos imediatos a partir da acção de protesto. Este terceiro elemento/componente é protagonizado por redes de activistas mais radicais, e contam com uma importante participação juvenil, mas parecem ser portadores da tradição de activismo e contra-cultura dos anos 60 e 70: participação e acção directa, reivindicações centradas nas dimensões culturais e identitárias da produção do social, centralidade da dimensão individual e da autonomia da acção dos militantes. Tendo em conta a tendência para a guetização e marginalização destas correntes nos EUA durante os anos 80, a sua presença em Seattle parece indicar uma revitalização dos sectores políticos mais radicais que se vem processando ao longo dos anos 90.

A conjugação destes três elementos-tendências na vitória de Seattle produz um *algo mais* que se tornou um momento central na configuração do movimentos de contestação à actual forma da globalização. Certamente que a articulação entre os sectores mais “moderados” e os mais radicais foi escassa, e que as suas divergências se mantêm após a jornada de protesto. Contudo, a sua presença simultânea permitiu que ambas as “culturas políticas” reclamassem a sua quota parte no sucesso da jornada, criando um espaço de ambiguidade, que possibilita que ambos os sectores se apropriem e se reconheçam na vitória porque partilham o mesmo inimigo.

O “movimento dos movimentos” nasce, pois, do optimismo que Seattle deixou como legado: movimentos sociais distintos partilham causas e inimigos, e a sua articulação e/ou radicalização é capaz de produzir vitórias. Daqui que Seattle seja uma das datas fundadoras: porque a visibilidade da sua vitória serviu de momento propulsor, e indicou determinados caminhos para a constituição do novo movimento social pela globalização alternativa: *coligações sociais multi-discursivas, globalização como novo espaço de conflito e radicalidade da acção de protesto.*

Porto Alegre: proposta, participação, debate na sociedade civil politizada e transnacional

O surgimento do I Fórum Social Mundial (FSM), em 2001, não pode ser desligado do sentimento de optimismo e de vitória que os eventos de Seattle produziram no panorama das organizações políticas e dos movimentos sociais que partilhavam críticas aos modelos e às políticas da orientação dominante dos processos de globalização.

A escolha do local para a realização não foi, como sabemos, casual. A realização no Brasil marcou a “*entrada oficial*” do “Sul”, com a sua longa e rica história de conflito social de matriz democratizadora, na produção de um movimento por uma outra globalização. Por

outro lado, a forma dada ao FSM impôs a primazia da participação política da *sociedade civil*, e procurou constituir-se como espaço de debate entre movimentos e, também, de articulação de uma *linguagem/agenda política que possa ser partilhada* por uma miríade de organização e movimentos.

De facto, o que é interessante no modelo de discussão e debate gizado pelos organizadores do FSM é a sua profunda preocupação com a constituição de um espaço de debate e partilha de experiências que se pretende amplamente democrático, e o modo como a defesa e a promoção desse espaço democrático é gizada. Assim, o modelo de organização dos debates e a indicação dos actores envolvidos diz-nos muito sobre a configuração do conflito político que resulta do final do século XX, e que aqui agrupamos nas três dimensões do que designamos por *modelo Fórum Social Mundial (FSM)*.

Em primeiro lugar, a exclusão da participação directa de forças partidárias indicia aspectos importantes do modelo do Fórum Social. A limitação que lhe é imposta deixou desde logo clara a intenção de constituir articulações e redes de activismo assentes em forças sociais que extravasem o campo da política institucional e institucionalizada. De algum modo, o modelo do Fórum constitui-se no sentido de formatar um *novo espaço público de debate e de reorganização das forças sociais e da agenda política de matriz progressista* à escala mundial. No entender dos organizadores, esse objectivo exige que se construam protecções e regras que inibam a propensão das forças partidárias tradicionais em procurar hegemonizar esse espaço ou de orientar os debates para objectivos eleitorais. Neste sentido, o modelo do Fórum Social retoma, em parte, o sentido dos chamados Novos Movimentos Sociais, procurando ancorar o seu processo de construção num *espaço público politizado* que não se deixe hegemonizar pela lógica da política representativa, buscando antes reconstituir arenas de participação e de acção cidadã, num espaço que se contraponha às instituições políticas formais.

Em segundo lugar, a amplitude dos actores participantes, e a própria celebração da heterogeneidade das suas agendas políticas e dos marcos identitários em torno de quais as lutas e as formulações de alternativas políticas se desenvolvem, indica-nos que estamos perante um movimento que, ao contrário de algumas propostas emancipatórias do passado, se constrói no *reconhecimento da diversidade dos sujeitos da acção*. Esta pluralização dos actores da mudança societal parece decorrer da leitura que é feita sobre o poder e a desigualdade, que, mais do que acentuar um único modo de experienciar as condições de subordinação e precariedade de diversos grupos sociais, parte antes da percepção da multidimensionalidade dessas formas de opressão, exploração e silenciamento, juntando na

mesma arena conceptual o debate sobre as *políticas para a igualdade* e as *políticas para o reconhecimento* (Santos, 2003).

Por fim, o terceiro elemento que compõe o modelo do Fórum Social, e que ajuda a formatar o novo movimento alterglobalização, é a percepção da *ubiquidade do processo de mercadorização e hierarquização social guiados pela mão dos processos de globalização hegemónica*, e que é definido como um novo enquadramento histórico que redefine o papel do Estado e das forças sociais progressistas. É este terceiro elemento que serve de mote agregador contra o qual se unem os protagonistas dos movimentos/momentos de contestação, e que, assim, lhes permite reconhecerem-se mutuamente como pertencentes ao mesmo lado da barricada.

Os “Modelos”: partilhas e complementaridades para refazer o campo do conflito e do antagonismo no novo século

A partilha de objectivos e as semelhanças na orientação política de Seattle e Porto Alegre são por demais óbvias: ambas as “datas-modelos” se encontram na construção de um movimento que luta pela justiça e pela democratização, em sentido lato e multidimensional, a nível global. Mas o que é notável é o facto destes dois modelos de actuação se articularem e complementarem mutuamente.

O modelo Seattle, o protesto de rua assente na simultaneidade de repertórios de acção diversos – da marcha ordeira à acção directa – tem gerado uma forte capacidade de mobilização e tem potenciado a visibilidade do movimento no espaço mediático: veja-se Washington, Génova, Cancún e Larzac. Estes eventos vão ritmando o ciclo de contestação, e atraindo a curiosidade da chamada “opinião pública” e publicada.

Já o modelo FSM tem permitido construir um espaço de discussão e de contacto entre diversos movimento sociais, que se configura como lugar de construção de uma linguagem partilhada sobre os actuais modelos de governação global e das lutas sociais que gizam neste contexto. Num mundo marcado pelo discurso do fim da história pós-1989, ambos os modelos têm vindo a reconstituir a própria legitimidade do conflito político, impondo a sua luta por alternativas societais à agenda neoliberal hegemónica.

Mas talvez o que mais surpreende seja o facto destes dois modelos terem sido importados por diferentes países e regiões como referências para a reconstituição e redefinição do campo político de matriz progressista.

A analogia será talvez excessiva, mas a capacidade de atracção do modelo FSM pode ser comparada à do modelo de organização bolchevique, após a sua vitória na Revolução Russa. Também nesse início do século XX, a vitória bolchevique no processo conturbado de agitação e revolução na Rússia gerou simpatias e atracção, um pouco por todo o mundo, nas forças sociais e políticas que se encontravam em processos de luta social. O modelo bolchevique oferecia um enquadramento discursivo de elevado grau de refinação teórica esboçado por Lenine, era simultaneamente passível de ser reconduzido a uma vulgata para divulgação massiva, e, na prática, parecia ter sido capaz de assegurar o triunfo dos bolcheviques na revolução que *de facto* fora ganha (Hobsbawn, 1985).

Ora, partindo desta analogia, a actual capacidade de atracção e replicação do modelo FSM deve ser tomada como um sinal importante. Ela parece reflectir, no campo das forças sociais e dos grupos políticos de orientação anti-sistémica, a crescente percepção do falhanço dos tradicionais movimentos sociais modernos como caminho ainda válido para o grande desafio da modernidade: a emancipação.

Presentida desde os anos 60, e vivida desde os anos 70, a chamada crise do Estado pareceu mostrar que os movimentos anti-sistémicos que cruzaram a inspiração socialista e classista com a vocação nacionalista, e que haviam atingido o poder nas suas diferentes versões – social-democrata no “Primeiro Mundo”, nacional-comunista no “Segundo Mundo” e nacional-desenvolvimentista no “Terceiro Mundo” – pareciam ser incapazes cumprir na totalidade as suas promessas de transformação social progressista (Wallerstein, 1991).

Desde o final dos anos 60 que as suas bases de afirmação e construção – reivindicação de subjectividades políticas assentes nessa matriz nacional-classista, e organizadas em formas partidárias para aceder aos poder de Estado, para, a partir daí, dar forma a ordens sociais de vocação emancipatória e libertadora – parecem crescentemente colocada em dúvida, seja pela emergência de novas identidades/subjectividades politizadas que não cabem na classificação binária nação-classe, seja pelos efeitos multidimensionais da reconfiguração do capitalismo mundial a partir da crise de 1973.

Se, no final dos anos 60, esse esboroamento parece já claro – com os diferentes 1968s do mundo: Paris, Praga e México – será a hegemonia da nova direita a partir dos anos 80 e, por fim, o colapso do Bloco de Leste, que parecem colocar um ponto final nas narrativas de emancipação que sustentaram modelos de organização, linguagem e identidade das forças anti-sistémicas durante o século XX.

Actualmente, a partir desse afundamento dos marcos simbólicos e discursivos que configuraram o conflito e o antagonismo político durante o século anterior, parecemos estar num contexto sócio-ideológico que necessita de reconstruir o próprio campo do conflito

político. Ora, estes dois modelos, Seattle e FSM, parecem oferecer pontos de partida interessantes. Seattle como coligação multi-discursiva e pluri-acção; o FSM como espaço de reconstituição de um léxico e de uma linguagem comum no campo social progressista; e ambos, centrando a produção do conflito em torno do que é visto como uma nova configuração histórica do poder e da resistência: *a globalização*.

Vejamos agora, brevemente, como se processa esta redefinição do campo político num contexto nacional específico.

3. A ITÁLIA TURBULENTA: GÉNOVA E A APROPRIAÇÃO DO MODELO FSM

A caminhada dos movimentos sociais italianos em direcção à politização dos actuais processos de globalização não tem um ponto de partida único, nem definida no tempo. Ele é feito por uma miríade de organizações e movimentos sociais que partem de diferentes origens, mas que, principalmente ao longo dos anos 90, vão sentindo necessidade de problematizar os seus terrenos de luta e de actuação política e social em torno dos novos modelos de governação global, e, certamente, tendo em conta a nova aragem ideológica que a nova direita “transnacional” traz consigo nos anos 80.

Quando falamos de campo associativo italiano, há que sublinhar a sua riqueza, o seu dinamismo e a sua forte implantação no tecido social. Esta força do associativismo italiano não pode ser separada, por um lado, do modelo de enquadramento orgânico gizado pelo Partido Comunista Italiano (PCI) que o conduziu a ser um dos maiores e mais fortemente implantados partidos comunistas no Ocidente, e que deixou atrás de si, quando se extinguiu, uma extensa rede de organizações sociais, culturais e mutualistas, que ainda hoje agregam milhares de aderentes. A estes juntam-se três centrais sindicais com milhares de aderentes, com orientações políticas diversas, e ainda uma rede, pequena mas militante, de sindicatos de base. Por outro lado, os novos movimentos alternativos nascidos dos anos 60 e 70 foram também muito fortes, não só graças à sua capacidade de mobilização da juventude nessas décadas, mas também por terem sido capazes de gizar estruturas de ancoragem no tecido social, originando um rede considerável de organizações e espaços ocupados – os centros sociais –, virados para a promoção de debate, acção política e cultura, numa lógica de promoção de práticas e de activismo alternativas, que perduram até hoje e que contam com uma forte participação juvenil. Por fim, devemos ainda contar com a forte presença de organizações e associações ligadas ao que pode ser designado como catolicismo progressista, muito activas no contexto italiano, e associações surgidas nos anos 90, ligadas às políticas de identidade, à imigração ou a recente ATTAC-Itália (cf. Ceri, 2003).

Todas estas diferentes tradições tinham trabalho e reflexão no campo internacional, mas tendiam a trabalhar os seus contactos internacionais numa lógica de isolamento.

Os eventos de Seattle darão o mote para que se inicie em Itália um movimento de coordenação entre estes diferentes sectores. Esta coordenação inicia-se, no essencial, em 2000, com as plataformas *MobiliTebio*, em Bolonha, segue com a *Maggio2000*, um conjunto de iniciativas de protesto em torno da conferência da OEDS, e mobilizações semelhantes contra a NATO e a OSCE no mesmo ano (Andretta *et al.*, 2002). É nestas plataformas para a coordenação de acções comuns que são feitos os primeiros esboços do que virá a constituir a estrutura que guiará as diferentes tradições e movimentos aos protestos de Génova, e que se torna local primordial na fabricação da área alterglobalização italiana: o *Genoa Social Forum* (GSF).

O GSF constitui-se como pólo coordenador das diferentes organizações e tradições para o protesto em Génova. A inspiração dos modelos de Seattle e do FSM é por demais óbvia: parte relevante das organizações sociais e dos movimentos haviam enviado delegados ao I FSM, e será ainda em Porto Alegre que a “delegação italiana” se articula para convocar e convidar as diferentes organizações a estarem presentes na contestação de Génova. Esta dupla inspiração conduz o GSF a assumir, desde logo, três princípios que serão centrais no seu “sucesso” e na formatação do movimento alterglobalização em Itália.

Em primeiro lugar, assume a *pluralidade das linguagens e a autonomia da acção* – desde que não violenta – das diferentes organizações como uma riqueza a valorizar e preservar, o que fica expresso no *Pacto di Lavoro*, o texto que funda e guia o GSF. Em segundo lugar, assume a pretensão de se organizar como *espaço público de debate e de diálogo entre as linguagens de acção política*, no sentido de tecer articulações mais profundas no panorama social e político italiano. E, por fim, giza o seu modelo de organização orientando-se para o *aprofundamento democrático* – assembleias plenárias abertas, lideranças múltiplas, multiplicação dos grupos de trabalho, e modelo decisional que aponta para a construção de decisões consensuais (Andretta *et al.*, 2002; Fruci, 2003).

Os eventos em Génova são estranhamente semelhantes à “batalha de Seattle”: alguns grupos, lançando mão das táticas complexificadas de desobediência civil, articulam-se no sentido de tentar invadir a chamada *Zona Rossa* – perímetro de segurança que rodeava a cimeira interdito aos manifestantes–, a violência policial explode, arbitrária e sem contenção, e a cidade transforma-se num cenário de guerrilha urbana. Tal como Seattle, Génova é uma vitória para os contestatários: apesar de não terem impedido a cimeira do G8, a presença massiva de associações e cidadãos (cerca de 300 mil pessoas) e a visibilidade da repressão policial sobre o que se apresenta como um protesto político numa chamada democracia

avançada, faz pender a balança para o lado dos contestatários. No espaço europeu nascia uma data fundadora: a “batalha de Génova” é um dos mais importantes momentos de lançamento do movimento alterglobalização na Europa.

Depois de Génova, o GSF extingue-se. Mas permanece como referência no que será o caminho de expansão social e consolidação do movimentos alterglobalização italianos, e, o tipo de coordenação e funcionamento que gizou, servirá de base à organização italiana do I Fórum Social Europeu, que terá lugar Florença em 2002.

Mas talvez mais relevante seja a chamada territorialização do modelo FSM no contexto italiano: por todo o território, embora com maior densidade no Norte e Centro, emergem e multiplicam-se os chamados Fóruns Sociais Locais (FSLs). Estas novas estruturas tendem a mimetizar nas suas “cartas constitucionais” os princípios definidos pelo *Pacto di Lavoro* do GSF: pluralidade e autonomia dos membros e das organizações; espaços públicos de debate e construção de acção política; e modelos funcionais e decisoriais assentes no aprofundamento da participação democrática dos cidadãos. Certamente que na prática, estes diferentes fóruns locais funcionam segundo lógicas e modelos diversos. Contudo, tendem a fazer a sua ancoragem por referência ao modelo FSM.

Muitos destes FSLs assentam no activismo local de militantes de organizações de estrutura nacional, mas uma parte importante conta com a adesão de cidadãos não anteriormente organizados. Este aspecto confirma o que Génova parecia ter indicado: existe um espaço social de potencial mobilização política na sociedade italiana que não é ocupado por nenhuma organização, mas que se manifesta quando dispõe de momentos/modelos de participação plurais no campo da contestação ás políticas que se agregam na designação de globalização neoliberal. A existência desta potencial cidadania participativa não organizada terá nova confirmação em 2002, na manifestação de cerca de um milhão de pessoas contra a guerra, em Florença, que encerra os bens sucedidos trabalhos do I Fórum Social Europeu (FSE).

O processo de articulação entre as organizações e os movimentos sociais italianos é complexo, e envolve diferentes matizes e várias fases. Há contudo alguns traços que podemos destacar.

Em primeiro lugar, parece claro que a emergência e afirmação de uma coligação social e política que abarca os diferentes componentes dos movimentos e da sociedade civil italiana é feita em *estreita conexão com “eventos importados”*, que servem de mote e de modelo de estruturação a uma área social que se revê na contestação à globalização hegemónica, mas que, até aqui, se apresentava fragmentada. Seattle serve de propulsor para que se fortifiquem

plataformas comuns de acção, e o que aqui apelidámos de modelo FSM inspira a forma organizativa que permite a expansão territorial e o alargamento social desta área.

Em segundo lugar, o espaço alterglobalização italiano *constrói-se e consolida-se em função de eventos*. Ou seja, é a calendarização de acontecimentos que serve de motor à construção de articulações entre as diferentes forças sociais. Por exemplo, o impasse que se gera no período pós-Génova só virá a ser ultrapassado com a necessidade de preparar o primeiro FSE (cf. Fruci, 2003).

Em terceiro lugar, as diferenças políticas e culturais entre as organizações sociais italianas mantêm-se, mas é possível detectar, a partir da consulta dos seus documentos e sites, a construção de linguagens de conflito que partilham referências, o que parece conduzir à *construção de dimensões identitárias partilhadas pelas várias organizações*.

Por fim, e se tivermos em conta o esboroamento do campo político progressista ou anti-sistémico na Itália desde meados dos anos 80 – com a derrota do ciclo de conflito social do final dos 70; com o fim do PCI, cujos centenas de milhares de militantes não se reagrupam no novo Partido Democrático da Esquerda; com a guetização social e cultural das correntes alternativas e contra-cultura nos anos 80; com o decréscimo da força social dos sindicatos desde finais dos anos 70; e, por fim, com a vitória da direita populista já nos anos 90 –, o surgimento deste ciclo de protesto global, mas também nacional, parece estar a conduzir a uma renovação e uma redefinição dos sectores políticos em Itália. E, talvez mais relevante, a importação e apropriação dos modelos do movimento alterglobalização transnacional parece estar a conduzir a uma profunda redefinição do próprio campo político italiano.

4. CONCLUSÃO: NOVAS SUBJECTIVIDADES

Desfiámos, até aqui, vários fios e argumentos: esboroamento dos grandes movimentos sociais “tradicionais” como caminhos “credíveis” para a construção de ordens sociais de vocação emancipatória; profunda derrota do campo anti-sistémico e progressista perante a agenda neoliberal e os poderes da globalização hegemónica desde final dos anos 70; emergência, no final dos anos 90, de novos modelos de organização e novos referenciais normativos das lutas sociais de matriz progressista; e, por fim, expansão transnacional desse modelos, e apropriação em diferentes contextos nacionais como referências para a reconstrução da capacidade ofensiva de forças de vocação transformadora.

Estes fios, quando entrelaçados, parecem indicar que o movimento alterglobalização, na sua diversidade e até nas suas contradições, se afigura como protagonista de uma profunda reorganização do campo de sentido do conflito político.

Assim, fazendo uso de um conjunto de referências gizadas ou sistematizadas pelas datas fundadoras de Seattle e Porto Alegre – coligação multi-discursiva, radicalização e pluralidade das formas de acção, sociedade civil transnacional, leitura multidimensional do poder e das desigualdades, e conceptualização da globalização como espaço central da produção da política e do conflito – estamos a assistir à construção de dimensões identitárias que passam a ser partilhadas por diferentes organizações e tradições de acção política e social numa escala glocal. Ou seja, estamos a assistir à *emergência de novas subjectividades políticas*.

Actualmente, em 2004, será talvez tempo de questionar se os modelos de Seattle e Porto Alegre não vivem um processo de esgotamento na sua capacidade propulsora. Mas esse seria outro texto.

BIBLIOGRAFIA:

- AGUITON, Christophe (2002) *O mundo nos pertence*, São Paulo, Editora Viramundo
- ANDRETTA, Massimiliano, DELLA PORTA, Donatella, MOSCA, Lorenzo, REITER, Herbert (2002) *Global, No global, New global: La protesta contro G8 a Genova*, Roma, Editori Laterza
- BIRCHAM, Emma e CHARLTON, John (2001) *Anti-capitalism: a guide to the movement*, Londo, Bookmarks Publications
- CERI, Paolo (2003) (coord.) *La democrazia dei movimenti: come decidono i noglobal*, Rubbettino
- COCKBURN, Alexander; CLAIR, Jeffrey e SEKULA, Allan (2000) *5 Days that shook the World: Seattle and Beyond*, Londres, Verso
- EYERMAN, Ron; JAMISON, Andrew (1991) *Social movements, a cognitive approach*, Cambridge, Polity Press
- FARRO, Antimo L. (2003) "Le tournant italien" in WIEVIORKA, Michel (dir.) *Un autre monde... Contestations, derives e surprises dans l'antimodialisation*, Paris, Éditions Balland
- FRUCI, Gian Luca (2003) "La nuova agorà. I social forum fra spazio pubblico e dinamiche organizzative" in CERI, Paolo (coord.) *La democrazia dei movimenti: come decidono i noglobal*, Rubbettino
- HOSBSBAWN, Eric (1985) *Revolucionários*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra
- LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal (2001) *Hegemony and Socialist Strategy*, Londres, Verso
- LE BOT, Yves (2003) "Le zapatisme, première insurrection contre la mondialisation libéral" in WIEVIORKA, Michel (dir.) *Un autre monde... Contestations, derives e surprises dans l'antimodialisation*, Paris, Éditions Balland
- MELUCCI, Alberto (1996) *Challenging Codes: Collective Action in Information Age*, Cambridge, University Press
- O'BRIEN, Robert, GOETZ, Anne M., SCHOLTE, Jan A., WILLIAMS, Marc (2000) *Contesting Global Governance: Multilateral Economic Institutions and Global Social Movements*, Cambridge, Cambridge University Press
- PLEYERS, Geoffey (2003) "Le modèle français: 1995-2000" in WIEVIORKA, Michel (dir.) *Un autre monde... Contestations, derives e surprises dans l'antimodialisation*, Paris, Éditions Balland, pp. 141-154
- RORTY, Richard (1992) *Contingência, Ironia e Solidariedade*, Lisboa, Editorial Presença
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2001) *Globalização, Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Afrontamento
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2003) *The World Social Forum: towards a counter-hegemonis globalization*, in <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/wsf.pdf> (accedido em Agosto 2004)
- SEONE, José e TADDEI, Emilio (2001) "De Seattle a Porto Alegre – passado, presente e futuro do movimento antimundialização neoliberal" in SEONE, José e TADDEI, Emilio (org.) *Resistências mundiais: De Seattle a Porto Alegre*, Rio de Janeiro, Editora Vozes
- WALLERSTEIN, Immanuel (1991) « Histoire et dilemmes des mouvements antisystémiques » in *Le grand tumulte ? les mouvements soiaux dans l'economie-monde*, Paris, Ed. La Découvert, pp. 11-55
- WALTON, John e SEDDON, David (1994) *Free markets and food riots: the politics of global adjustment*, Oxford, Blackweel